

## Declaração de Inexistência de Atividade Remunerada

Eu, \_\_\_\_\_  
(profissão) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no RG sob o  
nº \_\_\_\_\_, expedido pelo(a) \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado(a) na \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, UF \_\_\_\_\_,  
CEP \_\_\_\_\_. **DECLARO**, nos termos da **Lei nº 7.115/83\***, junto à **Fundação Educacional  
São Francisco Xavier**, que nos **meses de \_\_\_\_\_ de 2021**, estava  
desempregado, e não recebia renda decorrente de salários, proventos, ordenados, aposentadorias,  
comissões, pró-labore, bem como outros rendimentos decorrentes do trabalho não assalariado, oriundo  
do mercado informal ou autônomo, nem aqueles auferidos em razão do patrimônio. Sendo assim,  
**comprometo-me a comunicar à Instituição de Ensino mencionada acima**, qualquer alteração  
referente às informações prestadas nesta declaração, além de apresentar a respectiva documentação  
comprobatória. Nos termos da **Lei nº 7.115/83\***, que dispõe sobre a prova documental, **DECLARO**  
serem verdadeiras todas as informações prestadas por ocasião do presente processo seletivo, bem como  
estar ciente de que a falsidade das declarações firmadas ensejará a responsabilização legal prevista **art.  
15, §1º, da Lei nº 12.101/2009\*\* e Decreto nº 8.242/2014**, sem prejuízo da sanção penal aplicável  
ao crime de falsidade ideológica, de acordo com o **art. 299 do Código Penal\*\*\***, além de acarretar o  
imediato cancelamento do benefício ofertado em razão da Bolsa Social, ao candidato(a):

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
(cidade-UF, dia, mês e ano)

\_\_\_\_\_  
Assinatura  
(reconhecer firma em cartório)

### (\*) LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

**Art. 1º.** A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da lei, presume-se verdadeira.

**Parágrafo Único.** O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

**Art. 2º.** Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

**Art. 3º.** A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

**(\*\*) LEI 12.101, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009**

**Art. 15.** Para fins da certificação a que se refere esta lei, o aluno a ser beneficiado será pré-selecionado pelo perfil socioeconômico e, cumulativamente, por outros critérios definidos pelo Ministério da Educação.

**§ 1º.** Os alunos beneficiários das bolsas de estudo de que trata esta lei ou seus pais ou responsáveis, quando for o caso, respondem legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por eles prestadas.

**§ 3º.** As bolsas de estudo poderão ser canceladas a qualquer tempo, em caso de constatação de falsidade da informação prestada pelo bolsista ou seu responsável, ou de inidoneidade de documento apresentado, sem prejuízo das demais sanções cíveis e penais cabíveis.

**(\*\*\*) ART. 299, CÓDIGO PENAL BRASILEIRO**

**Art. 299.** Omitir em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

**Pena.** Reclusão, de 01 (um) a 05 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa, se o documento é particular.

**Parágrafo Único.** Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.